

Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade*

Fernando Luís Machado**

Resumo: Ao contrário do que é comum pensar-se, a actual presença africana em Portugal não se reduz aos imigrantes, mas envolve outras categorias sociais que aqui se propõe designar por luso-africanos. Essa designação engloba duas situações principais. Uma, mais antiga, é a dos africanos de nacionalidade portuguesa, de condição social média ou elevada e muitas vezes racialmente mistos, que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização. Outra, que se começa agora a configurar, é a dos filhos dos imigrantes que já nasceram e/ou cresceram em Portugal. Embora diferentes entre si, estas duas categorias têm, pelo menos, em comum aquilo que as diferencia dos imigrantes propriamente ditos: o grau de fixação na sociedade portuguesa e a ausência de um projecto de regresso aos países de origem. Tanto uns como outros se têm mantido à margem da crescente politização da etnicidade em Portugal. Mas, sobretudo se os contrastes sociais e culturais do conjunto das comunidades africanas com a população portuguesa, já hoje muito elevados na maioria dos casos, aumentarem significativamente, isso poderá alterar-se a breve prazo.

Introdução

No período imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974, fixou-se em Portugal um pequeno número de famílias africanas provenientes das ex-colónias, que acompanharam o grande movimento de retorno dos portugueses aí residentes na altura das independências daqueles territórios. A presença africana, até aí reduzida a um núcleo de população caboverdiana vinda para Portugal, ainda nos anos 60, para trabalhar fundamentalmente no sector da construção civil e obras públicas, cresceu e diversificou-se. Mas foi durante os anos 80 que esse fluxo aumentou

* CIES/Departamento de Sociologia do ISCTE

** Uma versão reduzida deste texto foi oralmente apresentada no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Lisboa, em Julho de 1994.

consideravelmente, e passou a ter as características básicas dos fenómenos migratórios de motivação económica. Sem ter deixado de ser país de emigração, Portugal tornou-se também país de imigração.

Depois de uma fase em que aparentemente o ignorou, o Estado português acabou por reconhecer a existência de um “problema imigração”, pôs em prática um processo de legalização extraordinária dos muitos imigrantes clandestinos — operação cujo grau de cobertura ainda está por avaliar — e adoptou uma política severa de contenção da imigração, concertada a nível da União Europeia e consagrada no acordo de Schengen. Os imigrantes foram, entretanto, montando os seus próprios esquemas organizativos, tendo as principais associações que os representam ganho algum reconhecimento e espaço de intervenção. Hoje, pode-se dizer que a questão da imigração e dos imigrantes entrou plenamente no discurso público e na agenda política em Portugal e a categoria “imigrantes” passou a ser usada correntemente para designar a presença africana, com grande visibilidade em alguns pontos do país, nomeadamente na região de Lisboa.

No entanto, a designação “imigrantes” está longe de recobrir a diversidade de formas que essa presença assume, diversidade que escapa ao observador comum. Por razões variadas, que têm a ver com as datas de chegada e os tempos de residência, com a composição social e as características culturais, com os trajectos percorridos antes e depois da vinda para Portugal e até com o estatuto formal — parte significativa deles tem a nacionalidade portuguesa — muitos desses africanos não se podem considerar, nem se consideram a si próprios, imigrantes.

Mais adequada para designar esse sector da população africana, que, como veremos, se distingue nitidamente dos imigrantes propriamente ditos em vários aspectos, será a expressão “lusó-africanos”. Ela engloba, pelo menos, duas situações. Uma, mais antiga, é a dos africanos de nacionalidade portuguesa, de condição social média ou elevada e muitas vezes racialmente mistos, que optaram por se fixar em Portugal na sequência da independência dos seus países de origem. Outra, que se começa agora a configurar e que designarei por novos lusó-africanos é a dos filhos de imigrantes, que já nasceram e/ou cresceram em Portugal e aos quais se chama, erroneamente, “imigrantes de segunda geração”. Em nenhum destes casos, por razões diferentes, se observam dois dos traços básicos das populações imigrantes: a transitoriedade da presença e o projecto de regresso.

Hoje, em Portugal, a presença de minorias étnicas e os fenómenos de etnicidade atingiram já considerável expressão social e cultural. Pode-se mesmo falar de alguma politização da etnicidade, na medida em que a pertença a essas minorias está na base de formas embrionárias de acção

colectiva que suscitem já respostas políticas do Estado. Qual o posicionamento dos antigos e novos luso-africanos neste quadro? A sua identidade híbrida, de dupla referência cultural, tem-los mantido nas margens da etnicidade. Mas, como veremos, há sinais de que o seu trajecto futuro poderá ser de maior envolvimento.

1. Luso-africanos: diversidade de trajectos e de condições sociais

1.1. Os primeiros luso-africanos

O núcleo mais antigo de luso-africanos fixados em Portugal é formado por indivíduos e famílias de origem africana, detentores de nacionalidade portuguesa, que, ou já cá viviam antes de 1974, situação menos comum, ou que, casos mais frequentes, chegaram no pós-25 de Abril, antes ou pouco depois das independências das cinco ex-colónias africanas. A posse da nacionalidade portuguesa advém, principalmente, de uma de duas condições, acumuladas ou não: existência de ascendentes portugueses (pais ou avós) ou desempenho de funções nos antigas administrações coloniais.

A sua vinda para Portugal não obedeceu aos factores de repulsão e de atracção geralmente presentes nos fluxos migratórios do “terceiro mundo” para os países industrializados. É, antes, uma consequência directa do processo de descolonização¹ e mistura-se com o movimento mais amplo de retorno das centenas de milhar de portugueses fixados nos antigos territórios coloniais. Trata-se, portanto, de “retornados” não-brancos, que, num contexto de mudança social e política em larga escala, optaram por vir para Portugal.

À partida, o facto de possuírem nacionalidade portuguesa e de serem portadores de posições e qualificações profissionais e escolares relativamente elevadas garantia, embora com alguma margem de risco, o sucesso dessa escolha e a possibilidade de manterem o seu estatuto social, o que não parecia tão certo se permanecessem nos países de origem. Num quadro de múltiplos constrangimentos e indeterminações, quer nas sociedades de partida quer na de chegada, e em face dos recursos que podiam mobilizar, as decisões individuais inclinaram-se para o pólo que aparecia como mais seguro.

A fixação deste núcleo inicial de luso-africanos corresponde à segunda das três etapas principais das migrações recentes entre os PALOP e Portugal. Antes, durante os anos 60, tinha entrado em Portugal o primeiro

contingente de população caboverdiana, que veio colmatar, nomeadamente no sector da construção civil e obras públicas, vazios deixados no mercado de trabalho pela forte emigração dessa época; depois, já em plena década de 80 e até à actualidade, é a fase que se pode designar propriamente de imigração, em que o destino profissional quase exclusivo dos imigrantes é também a indústria da construção, mas onde está envolvido um contingente muito maior de população, se diversificam os pontos de partida e se acentuam as motivações económicas dos que partem².

Contudo, ao contrário dos protagonistas destes dois fluxos, os que aqui designamos por luso-africanos não se podem considerar imigrantes, não só por serem portugueses de nacionalidade, mas também, como veremos, pela facto de a sua composição social e o modo como se inseriram na sociedade portuguesa serem marcadamente diferentes.

Importa, a este propósito, notar que as categorias “imigração” e “imigrantes” só em tempos muito recentes entraram plenamente no discurso público em Portugal, praticamente já nos anos 90. Como revela uma análise da imprensa de referência dominante, efectuada entre 1983 e 1989, até essa data aquelas categorias raramente aparecem para designar a presença estrangeira. As categorias mais frequentes são “caboverdianos” e “africanos”, utilizadas muitas vezes como sinónimos³. Sendo certo que nessa altura estavam já há bastante tempo fixados em Portugal, não só os caboverdianos chegados nos anos 60, como os luso-africanos provenientes de todos os cinco PALOP, o facto de a opinião pública não categorizar a presença destes últimos como “imigrantes”, é uma confirmação, ao nível das representações sociais, da sua diferença de estatuto económico e social.

As limitações das fontes estatísticas oficiais impossibilitam qualquer quantificação directa desta categoria. Na ausência de indicadores de pertença étnica/racial nos formulários dos recenseamentos da população, restam os critérios da nacionalidade e da naturalidade, qualquer deles insuficiente neste caso. O primeiro, obviamente, não distingue, por se tratar de portugueses como quaisquer outros. Mas mesmo delimitando o universo dos cidadãos nacionais nascidos nas ex-colónias, continuamos a ter um recorte demasiado amplo, dado que também aí nasceram muitos portugueses de origem não-africana, sobretudo nos casos de Angola e Moçambique, como colónias de povoamento que foram.

Podemos, no entanto, fazer uma aproximação ao problema tomando o caso dos naturais das outras três ex-colónias. Em 1981, residiam em Portugal mais de 8000 indivíduos de nacionalidade portuguesa nascidos em Cabo Verde, mais de 2000 nascidos na Guiné-Bissau e cerca de 1000

em São Tomé e Príncipe⁴. Embora com uma margem de indeterminação, pois é certo que nem todos são de origem africana, podemos afirmar, contudo, que grande parte deles será, dado que a fixação de portugueses naqueles territórios não teve a expressão alargada e multigeracional que atingiu, principalmente, em Angola e, até certo ponto, em Moçambique. Ainda assim, e apesar disso, a parte de portugueses aí nascidos sobre o total dos residentes no tempo colonial era menor do que a dos nascidos em Portugal⁵.

Em todo o caso, admitindo simplesmente que o número de luso-africanos oriundo de cada uma das cinco ex-colónias é proporcional ao número total de portugueses aí residentes antes das independências, será seguro afirmar que a maioria deles serão luso-angolanos e luso-moçambicanos. De facto, foi de Angola e Moçambique que veio a quase totalidade dos “retornados” — 61% e 33%, respectivamente, de um contingente estimado em mais de meio milhão de pessoas, embora fiquemos sem saber quantos deles seriam, em cada caso, de origem africana⁶. A proeminência dos luso-angolanos e luso-moçambicanos é, afinal, uma consequência directa de Angola e Moçambique terem sido justamente os territórios coloniais onde a presença portuguesa teve mais expressão a todos os níveis, incluindo, em particular no caso angolano, a miscigenação racial.

Outro indicador agregado que vale a pena referir, embora também não permita uma estimativa rigorosa, é o número de pessoas a quem foi concedida ou conservada a nacionalidade portuguesa, no período posterior à independência das ex-colónias africanas — mais de 30.000 entre 1976 e 1989⁷. No quadro da nova lei de nacionalidade, instituída nessa altura, onde se estabeleceu que os indivíduos que ficassem nos territórios da ex-colónias adquiririam automaticamente a nacionalidade dos novos Estados, esses pedidos de naturalização ou de conservação da nacionalidade portuguesa basearam-se quer na existência de ascendentes portugueses, quer na prestação de serviço público ao Estado português, quer ainda no tempo de residência em Portugal.

Considerando a distinção entre “naturais” e “nacionais” das ex-colónias nos casos em que ela é mais indicativa e o número de pessoas a quem foi concedida ou conservada a nacionalidade portuguesa, não será errado dizer que este núcleo mais antigo de luso-africanos e respectivos descendentes, entretanto nascidos e fixados em Portugal, comportará entre 3 a 5 dezenas de milhar de pessoas.

Para além da diferença de estatuto conferida, desde logo, pela posse da nacionalidade portuguesa, os luso-africanos distinguem-se dos imigrantes dos mesmos países de origem por significativos contrastes “para

cima” de condição social, seja ao nível dos graus de escolaridade, do estatuto profissional ou das zonas de residência. Para avaliar a dimensão desses contrastes podemos tomar como exemplo a população originária de Cabo Verde. Neste caso, pelas razões atrás apontadas, é razoável considerar que a distinção entre “naturais” e “nacionais” restitui, grosso modo, as diferenças entre os luso-caboverdianos e os caboverdianos imigrantes.

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1981, a taxa de analfabetismo era de 45,5% entre os “nacionais” e de 11,8% entre os “naturais”, esta bastante mais baixa do que a da população portuguesa no seu conjunto (superior a 20% nessa data). Inversamente, 9,1% dos “naturais” tinha um curso superior (bastante acima da média nacional), o mesmo acontecendo apenas com 0,5% dos “nacionais”. Relativamente ao estatuto profissional, enquanto cerca de metade dos “nacionais” trabalhavam na construção civil e obras públicas, somente 12,7% dos “naturais” exerciam profissão nesse sector de actividade. Os segmentos do mercado de trabalho mais ocupados por estes últimos eram o dos serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais (41,2%) — incluindo profissões qualificadas como médicos, enfermeiros ou professores — e o dos transportes e comunicações (15,7%)⁸.

Quanto às zonas de residência, as diferenças são também notórias. Apesar de fortemente concentrados, uns e outros, nos distritos de Lisboa e Setúbal, como acontece, de resto, com os outros luso-africanos e com os imigrantes de forma geral, uma análise mais fina, ao nível da freguesia, mostra padrões de localização residencial contrastantes: “forte presença de “nacionais” nas [freguesias] do concelho da Amadora e no eixo Lumiar-Charneca, ao contrário dos “naturais”, muito menos presentes nessas freguesias e aparecendo mais, em contrapartida, dentro da própria cidade de Lisboa, nas freguesias de Sto. Condestável, S. Jorge de Arroios, Benfica, S. Domingos de Benfica, N^a Sr^a de Fátima, Lapa e St^a Maria dos Olivais”⁹.

Características demográficas, como a estrutura etária e a relação de masculinidade, revelam também diferenças de perfil social entre os dois conjuntos: no caso dos “nacionais” havia, na data referida, 126 homens por cada 100 mulheres, ao passo que entre os “naturais” o rácio era de 95,5 para 100; por outro lado, mais de vinte por cento dos “naturais” têm 50 ou mais anos de idade, escalão onde se encontram apenas 7,2% dos “nacionais”, o que coincide, no caso dos últimos, com o perfil demográfico habitual nas comunidades de imigrantes, sugerindo para os primeiros, pelo contrário, uma situação de estabilização e integração na sociedade portuguesa.

Em face da semelhança dos parâmetros históricos e dos trajectos pessoais que estão na base da formação da categoria social dos luso-africanos, independentemente da ex-colónia de origem, é muito provável que os contrastes entre luso-caboverdianos e caboverdianos imigrantes se reproduzam, nos seus traços fundamentais, nas outras populações africanas provenientes dos PALOP, distinguindo também luso-angolanos de angolanos imigrantes ou luso-guineenses de guineenses imigrantes. Múltiplas observações directas no quotidiano lisboeta, apesar de obviamente limitadas na sua objectividade, permitem pensar que assim é.

A composição social desses luso-africanos permite concluir que, na maioria dos casos, estas pessoas não estabelecem relações sociais directas e regulares com os imigrantes dos respectivos países de origem. A distância social que a sua condição de classe impõe — sobretudo para os que se enquadram plenamente nas classes médias urbanas com recursos escolares e profissionais elevados — é dobrada pelas próprias descontinuidades da localização residencial, e tenderão a sobrepor-se aos eventuais efeitos de determinadas afinidades culturais resultantes da origem comum.

Num estudo recente, onde se analisa a relação entre as posições dos caboverdianos na estrutura social e as representações que fazem de si próprios e dos seus grupos de referência, dá-se conta de diferentes configurações de identidade, uma das quais se ajusta com grande exactidão ao perfil social predominante neste primeiro conjunto de luso-africanos. Os indivíduos com qualificações escolares e profissionais elevadas, funcionários da administração pública, na faixa etária dos 40 aos 60 anos, têm representações de si próprios em que se destaca “a afirmação do sujeito em detrimento de um qualquer grupo de pertença, ou seja, não demonstram a necessidade de se referirem a um grupo, pelo contrário reforçam e valorizam a sua individualidade”. O mais saliente neste grupo “é o facto de afirmarem que gostariam de ter sido o que são”, o que traduz, nas palavras da autora, “uma atitude de confiança, segurança e realização própria das classes sociais superiores; é claramente a identidade de classe a sobrepor-se à identidade étnica”. Pelo contrário, a afirmação distintiva da categoria onde se concentram os trabalhadores da construção civil é “gostava de ser rico”¹⁰.

Se considerarmos que a etnicidade é tão mais forte quanto maiores forem os contrastes sociais — em termos de composição socioprofissional, de níveis de qualificação escolar ou de localização residencial — e culturais — língua, religião, estilos de vida — entre as minorias étnicas e a população das sociedades de acolhimento¹¹, podemos dizer que este núcleo mais antigo de luso-africanos é, entre todos as minorias oriundos dos

PALOP, a menos contrastante com a população portuguesa em geral. No caso particular do que podemos designar por elite luso-africana — constituída pelos empresários, quadros e profissões liberais — os contrastes sociais são mesmo para cima.

Se é certo, neste caso, que a identidade de classe se sobrepõe à pertença étnica, isso não significa, contudo, que deste sector dos luso-africanos não saiam alguns dos intervenientes directos no processo de politização da etnicidade, como veremos.

Outro dos traços distintivos destes luso-africanos são as suas genealogias racialmente miscigenadas, que podem ser mais ou menos antigas. Essas famílias mistas formam-se, pois, em plena época colonial, resultado da relação entre um homem português e uma mulher africana (o contrário foi muito mais raro), tendo casado ou vivido juntos ou não. Se muitas vezes o homem não assumia essa relação, assumia geralmente a descendência. Os descendentes dessas ligações, em certos casos muito numerosos, tendem a conhecer alguma promoção social, num quadro de relações raciais de tipo colonial. Estudos realizados em contextos históricos e culturais variados têm justamente mostrado que a promoção social de descendentes de famílias mistas e o processo de “branqueamento” da cor da pele são, de resto, processos estritamente imbrincados e que se alimentam reciprocamente, com a clareza da pele a facilitar o acesso a condições sociais mais altas¹².

Entre todas as ex-colónias, Caboverde foi, sem dúvida, aquela em que historicamente a miscigenação foi levada mais longe, em termos muito particulares¹³. Mas nos tempos modernos, digamos dos fins do séc XIX até à independência, e no contexto da presença duradoura de uma colónia branca em interacção com uma grande maioria negra, pode-se dizer que foi em Angola que a miscigenação teve expressão mais significativa. *A prová-lo está a constituição de uma população considerável de mestiços, que por sua vez se misturaram com brancos ou negros dando origem a larga gama de matizes de cor de pele, não se distinguindo já, em certos casos, a origem africana.*

Como é sabido, a miscigenação racial nas ex-colónias portuguesas foi politicamente utilizada pelo Estado Novo para propagandear a imagem idílica de um império de harmonia interracial, o que, obviamente, era uma forma grosseira de mascarar a realidade. Mas as posições críticas que consideram que todas as relações interindividuais entre raças, nas ex-colónias, eram actos de dominação/subordinação colonial também não contribuem para a compreensão desse processo. Talvez por estas duas posições terem definido pólos ideológicos muito extremados, o estudo da miscigenação racial nas colónias de povoamento, sobretudo em Angola,

está largamente por fazer. A reconstituição das histórias de vida das famílias luso-africanas traria certamente elementos importantes para esse estudo¹⁴, além de que ajudaria a perceber os modos de integração dessas famílias e seus descendentes no Portugal de hoje.

Uma das questões que interessa colocar é a de saber até que ponto uma das vias da integração bem sucedida dos luso-africanos não passou e passa justamente pela miscigenação, agora no contexto da sociedade portuguesa actual e o modo como essas eventuais estratégias matrimoniais interraciais se entrecruzam com relações de classe. Em todo o caso, é preciso dizer que a miscigenação não é, de forma nenhuma, um traço de todos os luso-africanos. Nem todos os luso-africanos são racialmente mistos, embora os que o são pertençam geralmente a essa categoria.

Sinal da sua integração na sociedade portuguesa é também o não equacionamento de um projecto de regresso, pelo menos definitivo, aos países de que são originários. Embora muitos deles tenham vivido aí grande parte ou mesmo a maior parte da sua vida, as condições políticas e económicas adversas aí prevalecentes, por um lado, e a sua própria situação de estabilidade em Portugal, por outro, conjugam-se para travar essa eventualidade. Isso não significa que num cenário de pacificação e desenvolvimento daqueles países — hipótese de que muitos viverão ainda suspensos — não o fizessem, mas num regime temporário e sem abandono da base de segurança em Portugal. Mas, mesmo neste caso, seriam mais emigrantes luso-africanos do que imigrantes africanos em regresso.

1.2. Os novos luso-africanos

Outra linha de construção social da identidade luso-africana é a que envolve os erroneamente chamados *imigrantes de segunda geração*, onde se incluem os descendentes dos imigrantes caboverdianos entrados ainda nos anos 60 e o número, muito maior, dos descendentes dos imigrantes que entraram, sobretudo, a partir dos princípios dos anos 80. Trata-se, portanto, de uma categoria constituída basicamente por jovens e crianças, que se encontram ainda a frequentar o sistema de ensino ou em vias de inserção ou recentemente inseridos no mercado de trabalho. Poderíamos ainda, até certo ponto, incluir nesta categoria os descendentes mais jovens dos primeiros luso-africanos, dadas algumas similaridades de trajectos e de estilos de vida. As diferenças de condição social, que será próxima ou até melhor que a dos seus ascendentes, tenderá, no entanto, a afastá-los, pelo que aqui não serão considerados.

O conceito de *imigrantes de segunda geração* aparece pela necessidade de delimitar um campo de problemas que tendem a surgir, com graus variáveis de intensidade e a prazo mais ou menos curto, nas sociedades receptoras de imigrantes. Com o prolongamento do tempo de estadia, em geral muito para além das expectativas iniciais dessas sociedades e dos próprios imigrantes, e com o reagrupamento familiar, o foco da atenção pública descentra-se da problemática imigração, num sentido estrito, para dar conta das dificuldades de integração social, já não dos próprios imigrantes, mas dos seus descendentes. O que se verifica, a mais das vezes, é que o estatuto social desfavorecido da primeira geração é herdado pelos seus filhos.

É neste quadro que aparece aquele conceito, tendo implícita a ideia de que há uma mera reedição, com os mesmos parâmetros, do “problema” anterior dos imigrantes, uma espécie de reprodução social mecânica. Tende-se, então, a raciocinar, a propósito dos descendentes, da mesma forma e com os mesmos instrumentos utilizados para analisar a problemática da imigração e dos imigrantes em geral.

Mas a pertinência da noção esgota-se no facto de chamar a atenção pública e política para esse campo de problemas. No plano da análise sociológica não contribui, pelo contrário, para a sua compreensão aprofundada. Com efeito, a noção de imigrantes de segunda geração tem implícita uma concepção essencialista das identidades sociais. A cultura de origem (que, aliás, muitas vezes é aprendida em termos caricaturais e folclorizantes e se supõe ser um todo integrado e homogéneo) é supostamente reproduzida, em versão integral, no interior do próprio espaço da minoria e exclusivamente aí, sem contaminações pela e da sociedade envolvente. Haveria uma mera continuidade automática entre gerações, perdendo-se de vista tudo o que é contraste. Contraste de trajecto, de condição social, de estilos de vida, de valores.

Vários estudos têm salientado justamente contrastes de vários tipos entre os imigrantes e os seus descendentes, já nascidos e/ou criados nas sociedades de acolhimento. Num trabalho sobre descendentes de imigrantes do Magrebe em França, é assinalado o desfasamento de valores entre os jovens e os seus pais, desfasamento que é maior do que entre gerações homólogas da população francesa, estando os filhos dos imigrantes mais próximos das preocupações dos jovens franceses em geral do que das dos seus pais. A autora refere mesmo que o “novo modo de vida «à francesa» provoca conflitos familiares muito violentos, que, no caso das jovens que desejam emancipar-se e viver como francesas, são por vezes dramáticos”¹⁵.

Num trabalho recente sobre a “segunda geração” portuguesa em França, Hily e Oriol detectam também contrastes de estratégias e orientações

entre os jovens descendentes de imigrantes e os pais. Segundo os autores, “as estratégias de «invisibilização» que permitiram aos pais manter discretamente a sua identidade cultural arriscam-se, então, a tornar-se problemáticas para os filhos”, hipótese mais provável quando estes possuem capitais escolares e culturais elevados. Acrescentam que a “nova geração saída da imigração portuguesa, muito crítica quanto à experiência de vida dos pais, recusa situar-se na continuidade dos seus projectos económicos”¹⁶. A bilateralidade das filiações é a opção mais frequente, o que significa um jogo identitário de investimentos em dois universos de relações, recursos e referências culturais, traduzindo-se no que Hily e Oriol designam como lógica de “reprodução alargada do espaço franco-português”.

Num outro trabalho sobre esta temática, para além da crítica da noção de “segunda geração” — por implicar “uma representação da cultura como uma entidade distinta e imutável, fixada para a eternidade” —, critica-se ainda as ideias de incompatibilidade entre sistemas culturais, de dilema cultural, de crise de identidade ou de problemas de integração dos jovens oriundos da imigração. Em alternativa, a autora propõe o conceito de “intermediários culturais”, para designar o posicionamento daqueles jovens que, “pelas suas práticas, conseguem abrir passagens e construir mediações entre dois conjuntos culturais”¹⁷.

É justamente para ultrapassar as limitações da noção de imigrantes de segunda geração, aplicada aos descendentes dos imigrantes africanos em Portugal, que proponho substituí-la pela de *novos luso-africanos*, para os distinguir dos primeiros luso-africanos, atrás caracterizados.

Desde logo, os jovens e crianças descendentes de imigrantes não são imigrantes eles mesmos. Não têm um trajecto imigrante e a maior parte nem sequer conhece o país de origem dos seus pais. Nasceram e/ou foram socializados no quadro da sociedade de acolhimento, onde sofreram a influência poderosa de contextos como a escola, mas também dos media, da cidade ou das suas redes de sociabilidade juvenis. A sua cultura é, inevitavelmente, produto disso mesmo, por maior que seja a importância da família e por mais que ela constitua um espaço fechado de reprodução da cultura de origem. Note-se, de resto, que os próprios imigrantes de “primeira geração” sofrem a influência socializadora de todos esses meios e que, portanto, falar da sua identidade cultural implica também ter em conta os efeitos desse segmento mais recente da sua história de vida.

Em face da lei portuguesa, o nascimento em território nacional não confere, só por si, a nacionalidade. A maioria dos filhos de imigrantes não a detém, portanto, neste momento. Podem, no entanto, obtê-la ao fim de seis anos de residência dos seus pais, embora seja uma questão que, na maioria dos casos, não se coloca já. Não só porque muitos ainda não

atingiram a idade em que podem expressar autonomamente essa vontade, como pelo facto de um número significativo de imigrantes ainda não reunir as condições de tempo de residência, pelo menos de residência legalmente reconhecida.

A consolidação da sua identidade luso-africana, pela via da obtenção da nacionalidade e do que ela pode significar em termos de integração na sociedade portuguesa, está, pois, em aberto¹⁸. A sua condição de novos luso-africanos é, a este nível, ainda uma condição virtual, cuja concretização vai depender, sobretudo, do maior ou menor prolongamento da estadia dos seus pais.

Se em Portugal ocorrer aquilo que é a experiência comum dos países europeus que tiveram o seu pico de imigração nos anos 60, ou seja, a permanência e enraizamento dos imigrantes para além do que estava nos seus projectos iniciais, então essa condição virtual tenderá a tornar-se real. Apesar da imigração ser um fenómeno recente em Portugal, e por isso não estarem ainda claramente desenhadas tendências de evolução, pode-se dizer que esse é o cenário mais provável.

Com efeito, os principais factores de repulsão e atracção que presidiram à vinda de imigrantes durante os anos 80 mantêm-se. Se a entrada de mais imigrantes ao mesmo ritmo poderá ser travada, na suposição de que a política de contenção recentemente reforçada tenha efeitos práticos, não parece nada provável o regresso súbito dos imigrantes que já cá estão. Basta pensar nas necessidades de mão-de-obra colocadas pelos grandes projectos de obras públicas agendados para os próximos anos em todo o país, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, para ver que a dependência estrutural desse sector estratégico da economia portuguesa face aos trabalhadores estrangeiros tenderá a manter-se, senão mesmo a aumentar.

Acresce que o prolongamento do tempo de residência tem geralmente efeitos diferentes sobre os imigrantes e os seus descendentes. Se para os primeiros se trata apenas de adiar o projecto de regresso, para os segundos vai-se consolidando um projecto de não-regresso. A questão do não-regresso de muitos dos chamados “imigrantes de segunda geração”, mesmo quando a “primeira geração” o faz, é um dado conhecido em vários países europeus¹⁹. Aliás, em rigor, o conceito de regresso frequentemente nem sequer se aplica, já que muitos deles nasceram em Portugal.

Independentemente dos cenários que se desenhem a médio prazo, hoje a expressão quantitativa desta categoria é já significativa. Na falta, também aqui, de estatísticas globais e sistemáticas, alguns indicadores parcelares são bastante reveladores. Por exemplo, no ano lectivo de 1991/92 estavam inscritas, só no 1º ciclo do ensino básico, mais de 13.000

crianças das comunidades originárias dos PALOP, com destaque para os de origem caboverdiana, que representavam mais de metade desse universo²⁰. Nos outros graus de ensino haverá, certamente, mais alguns milhares.

De qualquer modo, a dimensão jurídica — posse actual ou a curto prazo da nacionalidade portuguesa — não é a única, nem mesmo a mais importante, linha de construção social da categoria dos novos luso-africanos. O que é fundamental é a sua história de vida passar-se no contexto da sociedade portuguesa, e não no das sociedades de origem dos seus pais. Isso não significa que para eles essa não seja uma referência positiva e até mitificada. Mas não é uma experiência vivida.

Se recorrermos, ainda uma vez, a um modelo de contrastes para definir a etnicidade, podemos dizer, então, que os filhos dos imigrantes apresentam um nível de contrastes culturais com a população portuguesa menor do que o dos seus pais. Em muitos aspectos, eles estarão culturalmente mais próximos dos jovens portugueses de *idêntica condição social* do que das suas famílias. Por outro lado, e admitindo o cenário de regresso aos países de origem dos seus pais, esses jovens não deixariam de ser aí culturalmente contrastantes, mesmo em comparação com a categoria etária equivalente.

O tempo de permanência em Portugal e o nível baixo de contrastes culturais com a população portuguesa são características que os novos luso-africanos partilham com os primeiros luso-africanos e que os distinguem dos africanos imigrantes propriamente ditos. Mas entre os primeiros e os novos luso-africanos há marcantes diferenças de condição social. Se a maioria dos primeiros luso-africanos se localizam nas classes médias urbanas ou nas elites, os novos luso-africanos reflectem e parecem tender a reproduzir a condição social dos seus pais, pertencentes ao operariado, e, dentro deste, às faixas mais instabilizadas no mercado de trabalho ou, numa minoria dos casos, sobretudo os das mulheres, à pequena burguesia de execução.

Se os primeiros luso-africanos não apresentam grandes contrastes sociais com a população portuguesa, ou quando apresentam é “para cima”, a grande maioria dos novos luso-africanos são socialmente contrastantes, dada a sua condição desfavorecida. Enquanto os primeiros estão geralmente bem integrados na sociedade portuguesa, nos planos económico, profissional e relacional, os segundos estão geralmente mal integrados e limitados nas suas oportunidades, em consequência do quadro de dificuldades e constrangimentos de toda a ordem em que vivem os seus pais. A confirmá-lo estão as sérias dificuldades que se começam a revelar na sua relação com a escola e com o mercado de trabalho.

Quanto à primeira é já claro que os níveis de insucesso escolar entre filhos de imigrantes são mais elevados do que a média nacional, já de si muito alta. Dados disponíveis para o ano lectivo de 1991 mostram taxas de aprovação mais baixas para as crianças oriundas de todas as minorias africanas, especialmente para as de origem caboverdiana²¹. Também um estudo, feito na área da Grande Lisboa, sobre os sectores mais desfavorecidos das diversas minorias étnicas mostra que entre os jovens até aos 24 anos que já deixaram de estudar, 64% não completaram a escolaridade obrigatória, 25% não completaram mais do que esse grau de ensino e só 11% o ultrapassaram²². Por outro lado, evidências mais localizadas sugerem que a integração dos jovens luso-africanos no mercado de trabalho estará a fazer-se em moldes não muito diferentes da dos seus pais. Uma pesquisa recentemente realizada sobre a juventude no concelho de Loures²³ põe em evidência que os jovens não-europeus (a grande maioria dos quais são de origem africana) apresentam perfis profissionais comparativamente menos favorecidos do que os jovens europeus. Os não-europeus são muitíssimo menos nas profissões mais qualificadas e metade deles não tem contrato de trabalho nem faz descontos para a segurança social (situação muito menos frequente entre os europeus).

Dada a composição etária desta categoria, é, porém, na instituição escolar, antes de mais, que se joga o seu futuro. A centralidade da escola na definição do quadro de possibilidades dos seus filhos parece, aliás, ser claramente percebida pelos próprios imigrantes. Estudos exploratórios mostram, com efeito, que as famílias imigrantes têm fortes expectativas na escolarização dos seus filhos como melhor via para a sua integração na sociedade portuguesa. Isso passa, por exemplo, no caso caboverdiano, pela inibição, ou mesmo proibição, do uso do crioulo pelas crianças em casa, o que, no entender de certas famílias, será a forma de estimular a aprendizagem da língua portuguesa e mostra a mistura de referências culturais na sua experiência do dia-a-dia.

No entanto, essa aposta na escola colide, frequentemente, com os constrangimentos da vida quotidiana, onde factores como as privações materiais de toda a ordem, a desarticulação das relações familiares ou a transferência de responsabilidades domésticas pesadas para as crianças limita fortemente as suas possibilidades de sucesso²⁴. A relação dos filhos dos imigrantes desfavorecidos com a escola reflecte, afinal, o efeito conjugado da condição de classe — e aí as crianças de imigrantes estão muito próximas das crianças portuguesas dos sectores mais precarizados dos meios populares — e de certas especificidades culturais, como sejam a existência de uma língua materna diferente, como é o caso do crioulo entre os caboverdianos e os guineenses.

Assim, muitos jovens luso-africanos poderão estar numa situação de dupla cultura mal-integrada. O universo da família e da cultura de origem não constitui uma referência positiva, não só pelas condições de vida difíceis dos seus como pela distância cultural que entretanto se criou. Considerando que a experiência de vida de pais e filhos decorre em duas sociedades diferentes, os primeiros basicamente na sociedade de origem e os segundos na sociedade de acolhimento, as clivagens geracionais podem ser particularmente acentuadas nas famílias imigrantes. Mas a referência ao mundo da escola, instituição que é para eles a face mais visível da sociedade de acolhimento, tão pouco é positiva. Estes jovens poderão, assim, estar entre duas culturas, mas longe de qualquer delas. Neste quadro, e mais ainda do que para os jovens em geral, as redes de sociabilidade juvenil e os grupos de amigos representam uma referência positiva de grande importância.

O carácter decisivo de que a escola se reveste para a integração dos filhos dos imigrantes e os sinais de que não estavam a ser dadas as respostas adequadas a este novo público escolar levaram à criação, em 1991, no âmbito do Ministério da Educação, do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural. O objectivo deste Secretariado é desenvolver junto das escolas de todo o país acções de vária ordem visando a valorização da diversidade das culturas pelas escolas, o desenvolvimento nos grupos minoritários e majoritários da compreensão das diferenças culturais e da capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes. A filosofia de base gravita em torno da ideia de que, como outros países europeus, Portugal é cada vez mais uma realidade multicultural, para cujas solicitações e exigências as diversas instituições, a começar pela escola, têm de encontrar respostas adequadas²⁵.

Os projectos de educação multicultural podem, no entanto, incorrer em alguns equívocos, com prejuízo da eficácia das suas respostas, se não forem claramente equacionados os problemas que se colocam a propósito da presença dos descendentes de imigrantes nas escolas.

O principal problema é que a ideia de multiculturalidade, tal como a de “segunda geração de imigrantes” atrás analisada, pode facilmente ser dominada por uma concepção essencialista das identidades, ou seja, da imagem de uma pluralidade de minorias étnicas, totalmente demarcadas umas das outras e da cultura de acolhimento, com graus elevados de cristalização cultural interna, de forma que cada criança pertence a um e não a dois universos de referências — a “sua” minoria.

As mensagens multiculturais seriam então emitidas na convicção, não questionada, de que essa pertença é algo que vai por si, relativamente imutável e contida dentro das suas próprias fronteiras, dando azo a re-

apresentações estereotipadas e folclorizantes da chamada “cultura de origem” das crianças (associando-se a “cultura caboverdiana”, por exemplo, a certas práticas culinárias ou a certos tipos de música) e perdendo de vista factores fundamentais como seja a *diversidade de condições de classe interna a cada minoria* e respectivos efeitos no desempenho escolar dos alunos.

Trata-se, portanto, de ter presente que a construção social das identidades é um processo eminentemente relacional²⁶, em que predomina a sobreposição de pertenças e referências diversas. A identidade cultural dos jovens luso-africanos combina dimensões que remetem para uma herança cultural transmitida pela sua família com outras que têm a ver com o seu trajecto específico numa sociedade muito diferente daquela de que os seus pais são oriundos. A adesão generalizada dos jovens luso-africanos à música *rap* é, talvez, o melhor exemplo do sincretismo das suas referências identitárias.

O alvo dos projectos de educação multicultural não são, portanto, pertenças simples e definitivas mas pertenças complexas e mutáveis e, sob pena de terem os resultados mais perversos, não podem ser uma forma institucionalizada de encerrar as crianças dentro das culturas que se ache serem as delas, dizendo-lhes “mesmo que não saibam, a vossa cultura é esta e é com ela que se sentirão bem”.

2. Os luso-africanos e a politização da etnicidade

A presença duradoura de minorias imigrantes etnicamente demarcadas nas sociedades de acolhimento, para além das implicações que tem nos planos económico, social e cultural, comporta sempre uma dimensão política. Falar da politização da etnicidade é falar das formas de acção colectiva, mais ou menos institucionalizadas, desenvolvidas por minorias étnicas visando a apropriação de recursos de vários tipos. A politização da etnicidade é, simultaneamente, consequência directa da acção do Estado, interpelado pelas minorias e constituído como seu interlocutor principal²⁷.

Enquanto em países como a França ou a Inglaterra as questões da integração dos imigrantes já há muito entraram na agenda política, em Portugal, por razões várias, a constituição da etnicidade como fenómeno político apenas deu os primeiros passos²⁸. O processo que conduziu à legalização dos imigrantes clandestinos, onde se começaram a afirmar publicamente as associações representativas dos imigrantes, constituiu o grau zero da politização.

Mais recentemente, o chamado “caso Vuvu” (que envolveu uma cidadã angolana impedida de entrar em Portugal para se juntar à família e

que teve grande impacto na opinião pública) e a adesão de Portugal ao acordo de Schengen, entre outros episódios, conferiram à questão da imigração e dos imigrantes contornos políticos mais nítidos e suscitaram a tomada de posição e o envolvimento acrescido de outras entidades, como sejam os sindicatos, a Igreja, associações anti-racistas e certas autarquias.

Neste quadro de crescente politização da etnicidade, que posições tomam os luso-africanos? Qual a sua relação com o movimento associativo imigrante? Que razões estão na base dessas posições e em que circunstâncias elas podem alterar-se?

Os primeiros luso-africanos, de forma geral, têm-se mantido distantes das movimentações das associações ligadas à emigração. O não serem e não se considerarem a si próprios imigrantes, a posse da nacionalidade portuguesa, a condição social favorecida e o facto de não estarem em relações sociais directas com os imigrantes dos seus países, são factores que têm contribuído para os manter afastados. Não deixam de ter formas associativas próprias — como, por exemplo, a Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde, a Associação dos Médicos Caboverdianos ou a Associação dos Quadros e Técnicos Caboverdianos — mas o seu campo de recrutamento e de actuação não se tem intersectado com os das associações de imigrantes.

Esta divergência de interesses é, afinal, reflexo dos contrastes sociais e culturais entre os primeiros luso-africanos e os africanos imigrantes. Embora, a certos níveis, possa fazer sentido falar de uma “comunidade caboverdiana”, de uma “comunidade guineense” ou de uma “comunidade angolana”, importa perceber que não se trata de categorias homogêneas, integradas e de fronteiras bem delimitadas. Basta pensar na distância social que as diferenças de condição de classe entre aqueles dois grupos impõem. Note-se, de resto, que nessa designação genérica “comunidade” se incluem ainda os novos luso-africanos, que, como vimos atrás, se diferenciam, por sua vez, de qualquer dos outros dois grupos.

Mas justamente porque eles detêm recursos escolares, profissionais, de capital social e de cidadania, as associações de imigrantes podem encontrar nos luso-africanos do mesmo país de origem um aliado poderoso e um apoio estratégico. Se a larga maioria desses luso-africanos se tem mantido à margem dos problemas da imigração e dos imigrantes, alguns dos mais influentes têm assumido posições de liderança nas associações com maior protagonismo, nomeadamente na Associação Caboverdiana e na Associação Guineense de Solidariedade Social²⁹.

Esse apoio é tão mais importante quanto é certo que, por razões várias, a mobilização dos próprios imigrantes para o movimento associativo se tem revelado difícil. Os luso-africanos, por seu lado, parecem cada vez

mais conscientes de que podem desempenhar aí um papel político importante. Prova disso foi a realização, em Lisboa, do 1º Congresso dos Quadros Caboverdianos da Diáspora. Um dos principais objectivos do congresso foi justamente a discussão da problemática da imigração e a reivindicação para o movimento associativo do estatuto de parceiro indispensável no que respeita à adopção de políticas de integração dos imigrantes.

O envolvimento futuro, maior ou menor, dos luso-africanos na politização da etnicidade está, portanto, em aberto. Factores como o bloqueamento ou a abertura à integração dos imigrantes na sociedade portuguesa (ao nível da escola, do mercado de trabalho e de outras esferas), o tipo de resposta do Estado em termos de política de imigração, a existência ou não de níveis elevados de conflitualidade e de violência racial não deixarão de marcar o sentido e a intensidade dessa intervenção.

Relativamente aos novos luso-africanos a situação é diferente. Se nos próximos anos se confirmar a tendência que parece desenhar-se no sentido de a maioria deles herdar a condição social desfavorecida dos seus pais, podemos dizer que o potencial de mobilização para a acção colectiva é alto, bastante mais alto do que o dos próprios imigrantes.

Aquilo que os seus pais têm de conformismo, discrição e retraimento, não se reproduz como atitude entre os jovens luso-africanos, menos submissos e resignados. Se os pais aceitam a sua condição social, uma vez que, como imigrantes que são, tendem a vê-la como transitória e compensadora a prazo, os filhos, que não pensam como imigrantes, são portadores de expectativas mais altas porque também partem de um nível mais alto do que os pais.

Com efeito, há aqui diferentes medidas de privação relativa para as duas gerações. Se os pais se comparam com aqueles que não imigraram e se sentem melhor do que eles, os seus filhos já não têm esse grupo de referência, mas sim os grupos de referência que a sociedade em que cresceram lhes põe à vista, como por exemplo o dos jovens portugueses em geral. A confrontação dessas expectativas mais altas com uma estrutura de oportunidades eventualmente bloqueada, que os atire para uma condição social igual à dos pais, propicia a emergência de atitudes de contestação colectiva. Esta pode ser uma explicação para o envolvimento de jovens africanos em alguns episódios violentos, ocorridos nos últimos anos na região de Lisboa.

Esse potencial de contestação colectiva tem encontrado a sua tradução cultural na forte adesão de muitos jovens luso-africanos ao *rap*, forma de expressão musical com grande impacto entre os jovens negros americanos e que veicula habitualmente mensagens de protesto. A rápida propagação dessa forma cultural entre os novos luso-africanos não deixa

de indicar que, na sua percepção, há homologias entre os contextos originais de produção e os seus próprios quadros de vida quotidiana, nas zonas suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa. Hoje há já várias bandas em actividade e organizou-se mesmo um primeiro “festival rap”.

Esse processo de identificação é explicado por um elemento de uma dessas bandas nos seguintes termos: “ *Primeiro, porque somos negros, claro. É a música dos negros americanos, mas nós identificamo-nos mais com os negros americanos do que com os da América do Sul ou de África. Acontece que a nossa realidade é mais parecida com essa do que com qualquer outra*”³⁰. A música *rap* funciona assim como marca de distinção, não só relativamente aos africanos de gerações mais velhas e aos seus pais em particular, que certamente não ouvem *rap*, como em relação ao espaço das sub-culturas juvenis, demarcando-os de outras categorias de jovens e dos seus estilos de vida.

Até ao momento, o potencial de afirmação política dos jovens luso-africanos não parece ainda ter encontrado forma organizativa visível. Existem já associações de bairro, como é o caso da Associação Moinho da Juventude, localizada numa das zonas de maior concentração de imigrantes no concelho da Amadora (Cova da Moura), mas eles não têm aparecido ligados às principais associações de imigrantes de âmbito nacional e na prática e no discurso destas também não há referências particulares aos descendentes dos imigrantes.

Não é errado pensar, no entanto, que nos próximos anos a crescente visibilidade social dos jovens luso-africanos irá contribuir para a reconfiguração do movimento associativo neste campo, dando origem, por exemplo, a uma “segunda geração” de líderes. Sinal disso parece ser, aliás, o facto de um dos *rappers* portugueses mais destacados — um jovem luso-moçambicano com o nome artístico de General D — se ter associado, nas últimas eleições europeias, a pequenos partidos e movimentos de esquerda (PSR e Política XXI), falando em nome e para os jovens luso-africanos das zonas suburbanas da Grande Lisboa. A sua cooptação é, de resto, uma réplica do que tinham já feito o PS e a CDU, nas últimas legislativas, quando incluíram nas suas listas representantes dos imigrantes caboverdianos e guineenses.

O próprio modo de delimitação do campo de recrutamento e de acção das associações existentes poderá também ser alterado. Actualmente, o modelo predominante é o de cada associação se organizar com base numa só comunidade imigrante. Há associações caboverdianas, guineenses, angolanas, mas não há uma associação de imigrantes que articule as diferentes minorias numa movimento transversal e global. Este modelo reflecte a própria composição das redes de relacionamento habitual dos

imigrantes, fundamentalmente estabelecidas dentro das suas próprias comunidades e muito menos para o exterior. O trajecto comum dos jovens luso-africanos em Portugal, proporcionando relacionamentos mais diversificados — nomeadamente, nas escolas, nos bairros e nos grupos de amigos — tenderá a diluir, pelo menos parcialmente, essas fronteiras, o que, por sua vez, poderá aumentar as suas capacidades associativas.

Notas finais

Como vimos, as duas categorias aqui definidas como luso-africanos não são nem se consideram a si próprios imigrantes. Quer os primeiros quer os novos luso-africanos se demarcam, a vários níveis, da população imigrante, a começar pelo facto de não encararem a sua presença em Portugal como transitória e de não equacionarem um projecto de regresso, conceito que, em rigor, nem sequer se aplica no caso dos jovens luso-africanos.

Mas se os luso-africanos não são imigrantes, os imigrantes podem tornar-se luso-africanos e essa podia ser uma terceira categoria a incluir aqui. Prolongamentos do tempo de residência, trajectos de mobilidade social ascendente, permitindo fugir à condição social modal dos imigrantes, a obtenção da nacionalidade portuguesa, casamentos mistos com descendência, são factores que podem fazer uma parte deles ir abandonando o projecto de regresso e substituindo-o por um projecto de fixação virtualmente definitiva.

No que toca, em particular, a eventuais trajectos de mobilidade ascendente, não há evidência forte de que estejam a acontecer em grande número, quer porque ser ainda curto o tempo de residência da maioria dos imigrantes, quer pelo perfil social que se prefigura para os seus descendentes. Contudo, há sinais de que o prolongamento da estadia tem trazido, para alguns, melhorias de condição social. O estudo já citado sobre os imigrantes pobres da região de Lisboa dá conta de alterações do estatuto socioprofissional no período que decorre entre a primeira ocupação e a ocupação actual, justamente entre os que residem há mais anos em Portugal. Há um número maior de pessoas que passa a descontar para a segurança social, a ter acesso ao subsídio de desemprego e ao subsídio de férias, verificando-se ainda o aumento da taxa de sindicalização e a passagem para sectores mais estáveis do mercado de trabalho³¹.

Será certamente entre os caboverdianos chegados a Portugal ainda nos anos 60 que se encontrarão mais casos em que essa transição de estatuto — de imigrante para luso-africano — se poderá ter consumado.

O tempo de residência revela-se, assim, uma variável decisiva. O seu prolongamento contribuirá para aumentar o número e reforçar a identidade híbrida dos novos luso-africanos. À medida que estes descendentes de imigrantes se aproximam da idade adulta, e da autonomia de decisão, a hipótese de acompanharem os pais no caso de regresso destes torna-se menos provável, como acontece noutras situações de imigração longa. Por outro lado, esse prolongamento, e a eventual melhoria das condições de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, farão crescer a probabilidade de uma parte deles se fixar também de vez.

Se a adopção de uma política de contenção torna previsível a redução da entrada de novos imigrantes, já o regresso dos que cá estão parece muito menos provável. Tanto quanto é possível perceber, as condições de permanência são, actualmente, mais fortes do que as condições de regresso. Um dos indicadores que aponta nesse sentido é a retoma da própria emigração portuguesa, depois de um período de aparente adormecimento. Os últimos números disponíveis registam cerca de 260.000 saídas de 1980 para cá³², o que leva a perguntar se não se estará mesmo a reforçar a lógica estrutural de substituição de emigrantes por imigrantes.

Admitindo a permanência como cenário mais provável a médio prazo, resta saber que tipo de trajectos irão então ter os luso-africanos na sociedade portuguesa. Esses trajectos dependerão, fundamentalmente, da evolução do seu nível de contrastes sociais e culturais com a população portuguesa em geral. No caso dos primeiros luso-africanos, de todos os mais integrados, esses contrastes são baixos e manter-se-ão provavelmente assim. Pode mesmo acontecer que se vão diluindo e misturando ainda mais com os portugueses, tornando-se progressivamente mais lusos e menos africanos. No caso dos novos luso-africanos, nos próximos anos se verá se se confirma ou não o perfil social desfavorecido que se começa a desenhar. Se esse contraste se acentuar, reproduzindo ou mesmo agravando a condição social dos seus pais, aqueles que hoje estão nas margens poderão amanhã estar no centro da etnicidade politizada, onde não se deixarão de envolver também, nesse caso, alguns dos primeiros luso-africanos.

Notas

¹ Ver Ana Saint-Maurice e Rui Pena Pires, "Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10/11, 1989, pp. 203-226.

² Para uma caracterização geral dessas etapas ver Fernando Luís Machado, *Etnicidade em Portugal — aproximação ao caso guineense*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, ISCTE, 1991, pp. 51-56.

- ³ Pierre Guibentif, “A opinião pública face aos estrangeiros”, in Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, país de imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991, pp. 63-74.
- ⁴ Dados retirados do *XII Recenseamento Geral da População*, INE, 1981.
- ⁵ Ver Rui Pena Pires et al., *Os Retornados — um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.
- ⁶ Cf. Rui Pena Pires et al., *op. cit.*
- ⁷ Número referido por Vasco Franco, “A aquisição da nacionalidade portuguesa”, in Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, país de imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991, pp. 119-143. Nem todos os pedidos de concessão ou conservação terão sido apresentados por indivíduos de origem africana, até porque nesse conjunto estarão também incluídos certamente indivíduos de origem indiana. De qualquer modo, pode-se dizer que uma boa parte desses trinta mil o serão.
- ⁸ Para a apresentação e análise destes e de outros dados sobre os caboverdianos residentes em Portugal ver Rogério Roque Amaro, “Caracterização dos Caboverdianos Residentes em Portugal, a partir dos Dados do Recenseamento de 1981”, 1985 (dact.) e Luís de França (coord.), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.
- ⁹ Rogério Roque Amaro, *op. cit.*, p. 16.
- ¹⁰ Ana Saint-Maurice, “Caboverdianos residentes em Portugal — imagens a preto e branco”, in *Emigração-Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX-XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 392-406.
- ¹¹ Para uma apresentação do modelo de contrastes sociais e culturais para a análise da etnicidade ver Fernando Luis Machado, “Etnicidade em Portugal — contrastes e politização”, *Sociologia -problemas e práticas*, nº12, 1992, pp. 123-136.
- ¹² Ver, por exemplo, Roger Bastide, *El prójimo y el extraño — el encuentro de las civilizaciones*, Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1973 e Michel Giraud, *Races et Classes à la Martinique — les relations sociales entre enfants de diferentes couleurs à l'école*, Paris, Éditions Anthropos, 1979. Outra referência que merece citação é o estudo de José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal — uma presença silenciosa* (Edições Caminho, 1988), nomeadamente o capítulo intitulado “O branqueamento dos negros em Portugal”, em que o autor esboça uma interpretação consistente para o facto de a forte presença negra na região de Lisboa, nos séculos XVII e XVIII, se ter diluído progressivamente até não deixar rasto.
- ¹³ Sobre a miscigenação em Caboverde e sobre outros aspectos relevantes da história e da cultura caboverdiana ver Manuel Ferreira, *A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 1985.
- ¹⁴ No campo da literatura africana essa aproximação já tem sido feita. Um dos exemplos é o romance *Yaka*, do angolano Pepetela.
- ¹⁵ Hanna Malewska, “Crise d'identité, problèmes de deviance chez les jeunes immigrés”, *Les Temps Modernes*, nº 452-453-454, 1984, p. 1801.
- ¹⁶ Marie-Antoinette Hily, Michel Oriol, “Deuxième génération portugaise: la gestion des ressources identitaires”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 9, nº 3, 1993, pp. 81-93.
- ¹⁷ Céline Pottier, “La «fabrication» sociale de médiateurs culturels: le cas de jeunes filles d'origine maghrébine”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 9, nº 3, 1993
- ¹⁸ Era importante saber quantos dos descendentes de imigrantes com mais anos de residência já pediram a nacionalidade portuguesa e se a obtiveram. Que seja do meu conhecimento essa informação não está, no entanto, disponível.

- ¹⁹ Isso passa-se, por exemplo, com filhos de emigrantes portugueses em França, como é relatado por Félix Neto, “Aspectos da problemática da segunda geração portuguesa em França”, *Povos e Culturas*, nº1, 1986, pp. 167-186.
- ²⁰ Dados do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação.
- ²¹ Dados do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação.
- ²² Ver Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta (coord.), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, 1991, p. 202.
- ²³ Pesquisa realizada no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da responsabilidade de uma equipa constituída por João Ferreira de Almeida, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes. Dados retirados de Fernando Luís Machado, *A Juventude do Concelho de Loures — diversidade de condições sociais* (2º volume do relatório final), 1994.
- ²⁴ Para uma análise das condições de escolarização dos filhos de imigrantes africanos ver Isabel Sasseti Paes, “Crianças de imigrantes. Que oportunidades?”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1993, pp. 296-316.
- ²⁵ Sobre a emergência da problemática da multiculturalidade e da interculturalidade na Europa ver Maria Beatriz Rocha-Trindade, “Perspectivas sociológicas da interculturalidade”, *Análise Social*, nº 123/124, 1993. Ver, também, Maria Carrilho, “Portugal, por um Mundo Multiracial e Multicultural”, *Portuguese Studies*, vol. 8, 1992, pp. 34-39. Sobre educação intercultural, em particular, ver Luiza Cortesão e Natércia Alves Pacheco, “O Conceito de Educação Intercultural — interculturalismo e realidade portuguesa”, *Forma*, nº 47, 1993, pp. 54-61.
- ²⁶ Sobre esta temática ver José Madureira Pinto, “Considerações sobre a produção social de identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, 1991, pp. 217-231.
- ²⁷ Sobre este tema ver, por exemplo, Daniel Bell, “Ethnicity and Social Change”, in Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan (edit.), *Ethnicity — theory and experience*, Massachusetts, Harvard University Press, 1975, pp. 141-171 e Ulf Bjorklund, “Ethnicité et Etat-providence”, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 111, 1987, pp. 21-33.
- ²⁸ Para uma análise desse processo na sociedade portuguesa ver Fernando Luís Machado, “Etnicidade em Portugal — o grau zero de politização”, in *Emigração-Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal nos séculos XIX e XX, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 407-414.
- ²⁹ Importa dizer, neste contexto, que há outros sectores das elites africanas residentes em Portugal que seriam potencialmente mobilizáveis para o movimento associativo, mas cujo interesse primordial tem residido na participação no processo de mudança política em curso nos países de origem, funcionando Portugal como retaguarda protegida para essa intervenção. O caso da frustrada Associação Cultural e Recreativa de São Tomé e Príncipe, cujo núcleo mais activo se transformou em partido político logo que se deu a abertura democrática naquele país, exemplifica bem esse processo (exemplo referido no volume *Lisboa Africana*, da autoria de Elza Rocha, José Eduardo Agualusa e Fernando Semedo, publicado pela Edições ASA em 1993). A existência ou não de um projecto de regresso parece assim organizar o campo das potenciais intervenções políticas destes dois segmentos das elites africanas.
- ³⁰ Afirmções de Yen Sun, elemento da banda Da Weasel em entrevista ao jornal “Público” de 1.6.94.
- ³¹ Ver Heloisa Perista e Manuel Pimenta, “Trajectórias profissionais e inserção laboral dos imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa”, *Emigração-Imigração em*

Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração-Imigração em Portugal, sécs. XIX-XX, pp. 434-445.

- ³² Cf. João Peixoto, "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", *Estudos Demográficos*, n.º 31, Instituto Nacional de Estatística, 1993.